



Canal Energia – 24 Nov 2003

Agentes criticam duramente versão da minuta de MP do novo modelo

Entre os pontos atacados estão a concentração da definição dos atos regulamentares nas mãos do poder concedente

Oldon Machado, Mercado Livre

Não repercutiu bem entre agentes do mercado o conteúdo de uma versão não-oficial da minuta de Medida Provisória que seria a base do novo modelo para o setor elétrico, publicada na íntegra pelo CanalEnergia nesta segunda-feira, dia 24 de novembro. Apesar da posição do Ministério de Minas e Energia de não reconhecer o texto, executivos se mostraram preocupados quanto ao teor e a uma possível adoção das medidas transcritas no documento.

A principal crítica se faz em relação ao fortalecimento do papel estatal, que passaria a responder pela ampla regulamentação das medidas previstas, como a que define o processo de comercialização de energia em ambientes livres e regulados. Em vários pontos do texto, há a menção da necessidade de regulamentação pelo poder concedente, o que é encarado pelos agentes como uma verdadeira carta em branco ao Executivo, que passaria a decidir sozinho.

A compreensão entre executivos de empresas e entidades é que o documento, mesmo sendo uma versão não-oficial, possa se traduzir em um viés estatizante para o setor elétrico. "Isto (a minuta) está na contramão do interesse do investidor privado. Não há qualquer descrição clara sobre o novo modelo, apenas uma série de autorizações para o governo formular e aprovar regras", afirma Claudio Sales, presidente da CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica).

Dizendo estar feliz por saber que oficialmente o MME não confirma o conteúdo do texto, Sales afirma que a presença a longo prazo dos agentes privados no setor tem que estar amparada pela clareza e pela perenidade das regras. Na mesma linha, o diretor executivo da Abraceel (Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica), Maurício Corrêa, aponta que a construção de um ambiente composto por regras claras e estáveis é fundamental.

Risco brutal - O dirigente contesta o próprio trabalho de reformulação do modelo do setor. "O modelo em vigência é razoável, com necessidade de modificações apenas em algumas partes, como no planejamento. A Abraceel defende a existência de um mercado livre de energia elétrica", diz Corrêa. Outro crítico ferrenho em relação ao desenho da minuta que circulou durante todo o dia de hoje no setor é o consultor e assessor da Presidência do Grupo Rede, Fernando Quartim Barbosa.

"Parece loucura. A transferência de quase tudo para o nível de regulamentação do poder concedente introduz um risco regulatório brutal, já que as decisões ficarão ao sabor do Executivo, que é muito mais volúvel. Ninguém investe bilhões sob o abrigo de um regulamento", critica. Ele avalia que, caso o texto seja mantido na versão final do documento que chegará ao Congresso, o custo do capital investido pelas empresas privadas terá de ser elevado.

Tanto Quartim Barbosa quanto Maurício Corrêa quanto Claudio Sales são unânimes em afirmar que um dos principais pontos negativos da minuta é confirmar a tendência de apresentação do modelo ao Legislativo por Medida Provisória. Todos afirmam que a formatação através de Projeto de Lei daria maior oportunidade de debate entre os parlamentares. "Não se pode mudar uma estrutura administrativa de uma máquina em funcionamento por MP. É absurdo", avalia Barbosa.